

João Caupers

Direito Constitucional II

Suponho que todos estarão a par do episódio relativo a um exame escrito de uma disciplina de direito constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Tanto o caso prático constante da prova, como o seu autor, Professor Paulo Otero, tiveram honras de telejornal das 8.

Creio que este local é perfeitamente adequado a comentar brevemente o assunto.

Em primeiro lugar, numa análise puramente científica, a questão colocada – que decorre da “diluição” do conceito jurídico de matrimónio, supostamente resultante de uma recente alteração legislativa que tornou possível o casamento entre pessoas do mesmo sexo – é perfeitamente inteligível e juridicamente relevante, tendo sido apresentada de forma a permitir aos estudantes expressar as suas opiniões em qualquer dos sentidos em abstracto admissíveis. Seria intolerável – e o Professor Paulo Otero teria então toda a minha solidariedade académica – se alguma instância pretendesse censurar o conteúdo da prova.

Em segundo lugar, no plano pedagógico, a escolha merece-me algumas reservas. Não tenho nenhum obstáculo a que os estudantes sejam colocados perante situações extremas, quase caricaturais, e eu próprio o faço, como instrumento para estimular o raciocínio e a argumentação. Mas não creio que isso deva ser feito numa prova escrita: a escolha de temas fracturantes – eutanásia, interrupção voluntária da gravidez, etc. – num exame pode criar uma pressão suplementar sobre o estudante, que julgo inconveniente. Entendo que, em situação de exame, as questões colocadas devem possibilitar um certo distanciamento emocional do estudante, permitindo um raciocínio mais “frio”.

Por último, a situação apresentada parece-me de mau gosto. Mas é uma mera questão de sensibilidade pessoal. Também me pareceram de muito mau gosto os cartazes que a Câmara de Lisboa espalhou pela cidade, a pretexto da luta contra a discriminação, promovendo a homossexualidade. E não me lembro de terem sido assunto relevante de telejornal, nem de terem suscitado indignação mediática.

Aliás, a propósito da controvérsia suscitada pelo exame, considero oportuno esclarecer o meu pensamento sobre a questão da homossexualidade e dos direitos dos homossexuais, começando por afirmar que não sou adepto, nem pratico, nenhuma forma de discriminação, contra quem quer que seja. É-me indiferente que os meus amigos sejam homossexuais, heterossexuais, católicos, agnósticos, republicanos ou monárquicos. Os homossexuais merecem-me o mesmo respeito que os vegetarianos ou os adeptos do Dalai Lama. São minorias que, como, como tais, devem ser tratadas com dignidade e sem preconceito, tanto pelo Estado, como pelos outros cidadãos.

Mas uma coisa é a tolerância para com as minorias e outra, bem diferente, a promoção das respectivas ideias: os homossexuais não são nenhuma vanguarda iluminada, nenhuma elite. Não estão destinados a crescer e a expandir-se até os heterossexuais serem, eles próprios, uma minoria. E nas sociedades democráticas são as minorias que são toleradas pela maioria – não o contrário.

João Caupers

A minha tolerância para com os homossexuais não me faria aceitar, por exemplo, que a um filho meu adolescente fosse “ensinado” na escola que desejar raparigas ou rapazes era uma mera questão de gosto, assim como preferir *jeans* Wrangler aos Lewis ou a Sagres à Superbock.

A verdade – que o chamado *lobby gay* gosta de ignorar – é que os homossexuais¹ não passam de uma inexpressiva minoria, cuja voz é enorme e despropositadamente ampliada pelos *media*. Estou convencido de que existem mais vegetarianos do que homossexuais em Portugal – e, porventura, até mais adeptos do Dalai Lama. Não beneficiam, porém, do mesmo nível de acesso aos jornais, aos microfones das rádios e às objectivas das televisões.

Certo é que, enquanto membro da maioria heterossexual, respeitando os homossexuais, não estou disposto, nem disponível, para ser “tolerado” por eles.

¹ Rejeito o uso da palavra *gay*, a que recorrem os bem pensantes para “adoçar” a dureza agreste dos termos vernáculos portugueses que lhe são sinónimos. Mudar o nome da coisa não muda a coisa.